



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019

Data: 26/04/2019 Local: Espaço Energia
Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa	Presidente - Comercial
Maria Rita Barcellos	Conselheiro Suplente- Residencial
Eliamar J. de Oliveira	Conselheira Titular - Rural
Dídimo Cabral	Conselheiro Titular – Poder Público
Denise Simões	Secretária Executiva - Titular
Dian Brito	Secretário Executivo - Suplente

ENERGISA / CONVIDADOS

Márcia Sandin	Analista comercial da Energisa MS
Fernanda Mathias	Jornalista

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

1 Às 14h20 do dia 26 de abril de 2019, no Espaço Energia, localizado na Av. Afonso Pena, nº 3901,
2 Jardim dos Estados, em Campo Grande-MS, foi iniciada a 4ª Reunião Ordinária de 2019. A Sra.
3 Rosimeire Cecilia da Costa, Presidente do Conselho, deu início à reunião, com a leitura da pauta,
4 composta pelos seguintes itens: 1. Aprovação da ata da reunião anterior; 2. Tarifa Social - data de
5 viagem à CEMAR e prestação de contas das agendas; 3. Apresentação de simulação de cálculo da
6 tarifa com impostos e com bandeira; 4. Renovação de Assessoria de imprensa do Conselho de
7 Consumidores da EMS; 5. Contratação do consultor Ricardo Vidinich; 6. Assinatura prestação de
8 contas ano de 2018; 7. Assuntos diversos. A presidente suscitou inversão de pauta, iniciando pelo item
9 **6. Assinatura prestação de contas ano de 2018.** Conforme previsto na resolução 451, abril é o mês
10 de prestação de contas; a presidente apresentou demonstrativo de despesas, gastos realizados e
11 detalhou itens, conforme previsão do PAM. Dentre eles, estão, por exemplo, gastos com diárias de
12 conselheiros, contratação de assessoria de imprensa. Lembrou que o documento segue para Brasília
13 (DF), sendo que os originais: notas, etc, permanecem sob a guarda da concessionária por cinco anos,
14 caso o TCU (Tribunal de Contas da União) solicite acesso. Sobre esta guarda, Dian explicou que tudo
15 está registrado e é rastreável dentro da concessionária. A Sra. Rosimeire lembra que de todas as ações,
16 especialmente viagens, são feitos registros e publicados pela assessoria de imprensa. A presidente
17 questiona sobre a necessidade de guardar bilhetes dos voos que, segundo orientado pelo Sr. Ercílio
18 Diniz, foi dispensada, situação corroborada pelo Sr. Dian e Sra. Denise. Ato seguinte, passa à
19 aprovação da prestação de contas com apresentação do Demonstrativo de Execução Financeira com
20 saldo bancário no ano anterior de R\$ 344.946,87; despesas realizadas de R\$ 156,138,64, no ano de
21 2018; saldo bancário, em 31 de dezembro de R\$ 237.566,23; despesas pendentes de pagamento de R\$
22 85.846,14, totalizando receita total, no ano, de R\$ 563.077,61 e R\$ 307.858,73 em despesas. O Sr.
23 Dian esclareceu dúvida sobre valor pendente, totalizado a R\$ 85.846,14, explicando que são estes
24 referentes à transferência de valor em 14 de janeiro, cuja operação foi assinada pela presidente. Em
25 seguida passa ao item **1. Aprovação da ata da reunião anterior;** os Conselheiros aprovaram as atas
26 da segunda e terceira reunião pública do Concen. **2. Tarifa Social - data de viagem à CEMAR e**
27 **prestação de contas das agendas.** A Sra. Rosimeire explica que solicitou a presença da Sra. Márcia
28 Sandin para fazer uma memória das ações, que vêm se avolumando a partir do fim do ano,
29 especialmente com a elevação de temperaturas em todo País e as contas de energia elétrica tiveram
30 aumento súbito; lembra que o Sr. Ercílio esteve com o deputado Barbosinha apresentando planilha de
31 dados demonstrando os horizontes a serem trabalhados na TSEE e que as ações se dão na esteira da
32 resolução editada pelo Governo Temer, estabelecendo que beneficiários da prestação continuada
33 (BPC) deveriam estar no Cadastro Único, de forma que as secretarias de assistência social deveriam
34 atuar nesta frente. Com base nisso, A Sra. Rosimeire e Sra. Márcia se reuniram com o prefeito,
35 Marquinhos Trad, e foram iniciadas as ações junto à SAS (Secretaria Municipal de Assistência Social),
36 propondo mecanismos para inclusão de possíveis beneficiários, com propósito de fazer da Capital um
37 piloto. A Sra. Maria Rita observou que o trabalho relacionado à TSEE teve início na gestão passada, a
38 partir da exclusão de grande quantidade de beneficiários, ocasião em que foi dado prazo de três anos
39 para atualização cadastral, no que a presidente do Concen lembra que o tema sempre esteve em pauta
40 para o Concen, com foco na redução de riscos às famílias e da inadimplência. A Sra. Denise menciona
41 o trabalho desenvolvido em aldeias e também por meio de contato com vereadores de Bela Vista e
42 Nova Alvorada. A Sra. Márcia se apresenta aos Conselheiros e diz que desde janeiro assumiu desafio
43 da TSEE, contando com parceria do Concen e poder público. Lembrou que o desconto permite que as

44 famílias revertam orçamento a outros bens e serviços gerando receita aos municípios. Desde o início
45 do ano foram realizados 20 eventos, entre ações em praças, escolas, capacitações, entre outros. Em
46 slides, destacou evento na Sedhast, realizado nesta semana, com a presença de agentes de todos os
47 CRAS do Estado, totalizando cinco oficinas. No encontro, a Defensoria Pública solicitou a inserção da
48 UC no cadastro único, o que permite que a concessionária a conceda o benefício de forma
49 compulsória, a partir do número do NIS. A expectativa é que a Defensoria solicite que, na fatura, o
50 aviso ao beneficiário da TSEE seja destacado. “Foi muito importante porque a informação chegou aos
51 assistentes sociais que estão na linha da frente, atendendo às pessoas”, avalia Márcia que, em seguida,
52 esclareceu dúvida da conselheira Maria Rita Barcellos sobre enquadramento da TSEE e lembrou que
53 ao alimentar o sistema do Ministério da Assistência Social com o NIS do potencial beneficiário, é feita
54 a avaliação automática. A Sra. Márcia apresentou a evolução do cadastro de beneficiários, atingindo
55 123.627 cadastrados em março. O histórico apresentado vem desde janeiro de 2017, quando eram
56 102.753 com várias flutuações por conta da exclusão automática feita pelo sistema da Aneel. Em
57 agosto de 2018, eram 127.701. A presidente do Concen lê para todos as regras para enquadramento do
58 BPC. Foi apresentada, em tela, uma fatura e a presidente Rosimeire chama atenção para questões na
59 resolução 800 da Aneel; a primeira, pontua, é a classificação das subclasses e que já tem todos os
60 aspectos contemplados no cadastro ao qual o Concen teve acesso nesta sexta-feira, 26, da Sedhast –
61 como residencial baixa renda indígena, quilombola, multifamiliar, beneficiário da prestação
62 continuada de assistência social BPC. Resta a dúvida sobre municípios em que há indígenas que se
63 enquadram na tarifa social e pleiteiam a rural. A Sra. Rosimeire destaca que já enviou à Defensoria a
64 Resolução da Aneel editada em 2017 e seria encaminhada nesta sexta-feira à Sedhast, em busca de
65 consenso. A Sra. Márcia apresentou agenda montada conforme solicitação dos CRAS (Centros de
66 Referência em Assistência Social), secretários de assistência social e vereadores, com ações previstas
67 até 08 de junho, mas observou que há solicitações até novembro. A Sra. Eliamar apresentou sugestão
68 de dois pontos de assistência a pessoas carentes para fins de divulgação da TSEE: a creche
69 Anandamoy, localizada no Jardim Noroeste e o Centro Espírita Jardim Columbia, fornecendo contatos
70 dos respectivos responsáveis. A Sra. Rosimeire informou agenda da TSEE que será cumprida em
71 Corumbá, dia 18 de maio, lembrou ainda do Grupo de Trabalho, envolvendo UFMS e UEMS, para
72 atuar de forma educativa junto à população antes do próximo verão, de forma a evitar novo aumento
73 súbito nas contas, iniciativa da qual colocou a par o superintendente da Aneel, Sr. André Ruelli;
74 destacou, ainda, que na próxima terça-feira, 30, participa de reunião na CIB, e, por fim, falou sobre
75 dificuldade de se fazer presente em todas as ações, uma vez que cumpre expediente no Procon
76 Municipal. A Sra. Eliamar sugeriu que o Concen emita um expediente às organizações representadas
77 pelos Conselheiros afim de se que sejam sensibilizadas para liberá-los de suas atividades para
78 participar das ações do Concen, no que a presidente ressaltou a importância estratégica e a
79 representação das demandas das classes. A presidente sugeriu confecção de uniformes para melhor
80 identificação dos representantes do Conselho nas ações. Sobre a visita à CEMAR (Companhia
81 Energética do Maranhão), no intuito de conhecer o algoritmo criado para cadastramento na TSEE e
82 usado há oito anos de forma exitosa, o Sr. Dian ressaltou que está confirmada a participação da
83 Energisa; a presidente lembrou que na próxima semana participa, em Brasília, de reunião da Comissão
84 Nacional de Apoio Regulatório e que entre 05 e 07 de junho ocorre o encontro do Centro Oeste,
85 portanto, o ideal é que a viagem ocorra no fim de maio. Em julho, o compromisso será com o Encontro
86 dos Conselhos de Consumidores do Grupo Energisa, em Cuiabá (MT). **3. Apresentação de**

87 **simulação de cálculo da tarifa com impostos e com bandeira;** A Sra. Rosimeire solicita à Energisa
88 MS que traga ao Concen simulação do valor do kwh com impostos e impacto da bandeira tarifária, a
89 partir de cenários, a exemplo do que foi feito em audiência na Assembleia Legislativa. A proposta é
90 que o Concen, de posse de informação, dê ampla divulgação, para que os consumidores possam se
91 planejar financeiramente. “As pessoas vão se assustar quando as bandeiras estiverem em vigor”,
92 situação que se confirmou na própria data da reunião, com a entrada da bandeira amarela para o mês
93 de maio. Outra solicitação feita pela presidente é de que a leitura não ocorra em intervalo superior a 30
94 dias, entre uma e outra. O Sr. Dian se compromete a trazer simulação ao Concen. A Sra. Eliamar
95 aponta dificuldade para calcular o valor do kwh da classe rural, considerando os impostos e o desconto
96 previsto em decreto. A presidente lembra que, além do decreto presidencial, no Estado há também
97 desconto de ICMS para atividades como apicultura e irrigante, estabelecido por meio de decreto que
98 tem renovação a cada quatro anos e que está próximo de vencer. O Sr. Dídimo observou que a Aneel
99 deveria soltar um programa de linhas para facilitar o cálculo, a Sra. Rosimeire menciona o aplicativo
100 da Aneel que permite o cálculo, entretanto o Sr. Didimo reforça a importância do entendimento e não
101 somente de se chegar ao resultado. Ainda quanto ao questionamento do setor rural, a Sra. Rosimeire
102 sugeriu à conselheira Eliamar que seja trabalhada a leitura com a classe, que é regida por condições
103 diferentes, podendo ficar até dois meses sem leitura e possibilitando uso do aplicativo, com captação
104 da imagem do registro, para que não haja leitura pela média. A Sra. Eliamar pontuou as dificuldades,
105 citando que há situações em que o funcionário da propriedade rural não tem alfabetização e isso acaba
106 incorrendo em erro. O Sr. Dídimo relatou sua tentativa de uso do aplicativo, que apresentou falhas –
107 como não aceitar a leitura mesmo estando dentro da faixa de tempo permitido – e que ao recorrer ao
108 0800, de antemão o consumidor é avisado de que a concessionária não é obrigada a acatar a
109 reclamação, causando indisposição. Em outro momento, ao tentar usar o aplicativo, relata que recebeu
110 mensagem para repetir reclamação usando facebook ou twitter, sem obter resposta. “É preciso que o
111 TI, que está em Cataguases, saiba que este aplicativo não funciona”. **4. Renovação de Assessoria de**
112 **imprensa do Conselho de Consumidores da EMS.** A renovação do contrato de assessoria de
113 imprensa foi aprovada pelos Conselheiros, sendo que o aditivo para registro da memória das reuniões,
114 a partir do novo contrato, será incorporado como parte das atividades desenvolvidas sistematicamente
115 pela AI. **5. Contratação do consultor Ricardo Vidinich.** A Sra. Rosimeire lembrou a secretaria de
116 que é necessário finalizar os tramites da contratação do Sr. Vidinich pelos serviços de consultoria para
117 o RTA (Reajuste Tarifário Anual) e AP que trata da revisão da RN 482/201; ficou definido que o
118 consultor emitirá nota específica para a prestação do serviço, além da passagem e hospedagem pagos
119 pelo Conselho. Além disso, a presidente ressalta que deve ser definida na reunião dos conselhos da
120 Energisa, em julho, se haverá contratação com valor mensal de R\$ 3 mil, para atendimento de todos os
121 conselhos, para fins de posicionamento em consultas da Aneel, excetuando trabalhos mais
122 aprofundados – como casos individuais de RTA – sendo que o valor seria mitigado cabendo a cada
123 Conselho arcar com custo de R\$ 250,00 mensais. A presidente lembrou que as contribuições do Sr.
124 Ricardo têm sido de grande valia, que, inclusive, argumentou com o Diretor de Estratégia e Assuntos
125 Regulatórios do Grupo Energisa, Fernando Maia, sobre a importância de alterar o indexador para
126 reajuste do IGP para IPCA o que, neste ano, resultaria em impacto de 3,9% a menos nas contas, com
127 base no estudo feito pelo consultor, recebendo como devolutiva que o contrato atual que considera o
128 índice para reajuste expira em 2027. Outro ponto de argumentação foi o pagamento dolarizado de
129 Itaipu. **7. Assuntos diversos.** Dian informou que a Energisa solicitou à Famasul classificação das

130 atividades mais sensíveis, no intuito de mandar às áreas de serviço e classificar de forma prioritária
131 para quando houver falta de energia dar atendimento mais rápido. A conselheira Eliamar lembrou que
132 foi enviado ofício às associações, dentre elas a Assumas (associação de suinocultores de MS), de
133 produtores de leite, região de Iguatemi, Avimassul. “Infelizmente a dificuldade de receber é maior do
134 que quando vem a reclamação”. A presidente Rosimeire faltou, no item “assuntos gerais”, sobre
135 participação, em 11 de abril, na reunião da AP sobre a micro e minigeração distribuída (revisão da
136 Resolução Normativa N° 482/201), realizada em Fortaleza (CE), em que fez sustentação oral, baseada
137 em apresentação elaborada pelo consultor Ricardo Vidinich, que apresentou um cenário em que
138 metade dos consumidores teriam GD e outra não, em que o custo do megawatt (MW) se elevaria de R\$
139 545 (valor calculado antes do reajuste) a R\$ 1,3 mil, com impacto de R\$ 65 bilhões, caso os subsídios
140 permaneçam por cinco anos, conforme consta em proposta da Aneel. Informou que a audiência teve 62
141 sustentações orais, com forte pressão de representantes da GD e que balizou sua sustentação oral pela
142 pergunta: “quem paga o custo de disponibilidade”. O Sr. Dídimo observou que o Idec manifestou
143 apoio ao subsídio, quando necessário, em carta conjunta com a Abradee e a presidente concluiu que o
144 cenário ideal é que se favoreça a geração eólica e solar, desligando as termelétricas. “Se não
145 tivéssemos feito nossa manifestação o Carlos Alberto Calixto Mattar, (Superintendente;
146 Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel), não teria se interessado”,
147 avalia a Sra Rosimeire. A presidente cientificou os demais conselheiros sobre a prorrogação do prazo
148 de contribuição da AP para até 09 de maio. A presidente externou preocupação com a eletrificação do
149 Pantanal e a necessidade de gestão junto aos senadores de MS, agregando força política e
150 posteriormente envolvendo também o governador de MS, para que esteja contemplado como sistema
151 isolado, lembrando que caso isso não ocorra haverá um forte impacto na tarifa. Ela apresentou cálculo
152 do presidente da Aneel, Sr. André Pepitone, que dá conta de que na área de concessão de MS cada km
153 de rede é sustentado por 10 UCs (Unidades Consumidoras), quando em São Paulo, por exemplo, são
154 171 UCs por km de rede. Quanto ao cronograma do projeto, o Sr. Dian explicou que a instalação dos
155 sistemas teve cronograma postergado para 2021; foram instalados 21 sistemas, mas a empresa
156 contratada não cumpriu parâmetros como transporte e segurança e declinou do contrato. Por fim, a
157 Presidente do CONCEN agradeceu a todos os presentes. Sem mais nada a ser tratado, a reunião foi
158 encerrada.



Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN



Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN